

Caminhos na/da Geografia: uma trajetória teórico-conceitual em construção

João Ruaⁱ

Professor do Departamento de
Geografia e Meio Ambiente
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este artigo caminha pela história do departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio – do qual o autor é, para além de testemunha, produtor e produto – enquanto um “eu coletivo”. Através dessa trajetória, destaca a relevância da ciência geográfica (e sua potência) no enfrentamento dos processos de: *i*) desigualdade socioambiental que marcam a sociedade capitalista contemporânea; *ii*) homogeneização de ideias, também constituídos em tendência na sociedade como um todo – e que carregam consigo as sombras do discurso único, afetando, sobremaneira, a “etnodiversidade intelectual” (considerada necessária a esse embate). Assim, discute a noção de Meio Ambiente (noção esta que foi agregada à denominação do departamento) e a ciência geográfica como saberes integradores. Neste contexto, apresenta, também, construções teórico-conceituais desenvolvidas pelo autor ao longo de sua trajetória geográfica – em especial, as noções de sustentabilidades, sustentabilidades geográficas desiguais e urbanidades no rural, que contém, em seu bojo, a ideia de espaço como totalidade.

Palavras-chave: PUC-Rio, Meio Ambiente, Geografia, Sustentabilidades Geográficas Desiguais, Urbanidades no rural.

PATHS IN/OF GEOGRAPHY: A THEORETICAL AND CONCEPTUAL TRAJECTORY UNDER CONSTRUCTION

Abstract

This article approaches the history of the Department of Geography and Environment of PUC-Rio – of which the author is, in addition to witness, producer and product, as a “collective self”. Through this trajectory, it highlights the relevance of geographical science (and its power) in facing the processes of: *i*) socio-environmental inequality that characterize contemporary capitalist society; *ii*) homogenization of ideas, which are also a trend in society - and which carry with them the shadows of the unique discourse, greatly affecting the “intellectual ethnodiversity” (considered necessary). Thus, it discusses the notion of Environ-

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

joaorua@uol.com.br

ment (notion that was added to the department's denomination) and geographical science as an integrating knowledge. In this context, it also presents theoretical and conceptual constructions developed by the author throughout his geographical trajectory - in particular, the notions of sustainabilities, uneven geographical sustainabilities and urbanities in rural areas, which contains, in its core, the idea of space as a totality.

Keywords: PUC-Rio, Environment, Geography, Uneven Geographical Sustainabilities, Urbanities in rural areas.

Considerações iniciais ou “o eu coletivo e os outros eus”¹

Canção do Homem que Caminha

*Quando um homem se põe a caminhar
deixa um pouco de si pelo caminho.
Vai inteiro ao partir, repartido ao chegar.
O resto fica sempre no caminho
quando um homem se põe a caminhar.
Fica sempre no caminho um recordar
fica sempre no caminho um pouco mais
do que tinha ao partir, do que tem ao chegar.
Fica um homem que não volta nunca mais
quando um homem se põe a caminhar.*

Manuel Alegre

Ao se comemorarem os 80 anos de fundação da atualmente denominada Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e, muito proximamente, os 80 anos do curso de Geografia da mesma Universidade, parecem relevantes algumas reflexões efetuadas a partir da relação entre este autor e a Universidade ao longo de quase 50 anos. Boa parte deste artigo foi inspirada ou é retirada do memorial elaborado por este autor com o intuito da obtenção do título de Professor Emérito da PUC-Rio alcançado em julho de 2019. Há imbricações propositais entre o referido memorial e textos e pesquisas desenvolvidas nesse caminho.

Apresentar a trajetória de um departamento de uma Universidade é, de certo modo, retomar o percurso (não linear) que a própria ciência trilhou (e segue trilhando). Significa destacar, também, que esse caminhar (na Universidade, na ciência)

¹ Este artigo só foi possível graças ao apoio incondicional de Joana Cruz de Simoni, a qual se constituiu nos “olhos” do autor. Merece um agradecimento muito especial.

não é sozinho – é coletivo e é plural – e, tampouco, é neutro: é imbuído dos diversos contextos históricos que percorre, das diversas intencionalidades de todos aqueles que participam, direta ou indiretamente, de sua produção.

Neste sentido, essa retomada – da trajetória do departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio e da própria ciência geográfica – é a (re)construção de uma memória a partir de uma perspectiva muito particular (a deste autor), porém, reconhece-se: esta particularidade é, em verdade, constituída por um “eu coletivo”.

Ora, o individual e o coletivo não podem ser dissociados por constituir/produzir o caminhante no caminho. O professor deve procurar deixar “marcas” nos alunos e nos colegas de trabalho e deles receber outras marcas em troca das deixadas. Nisso, uma parte do caminhante já ficou pelo caminho – fica sempre no caminho um recordar, fica sempre no caminho um pouco mais do que tinha ao partir, o professor “deixa um pouco de si pelo caminho”.

Dessa maneira, um professor, não deverá ser “incolor”, “insípido”, “insosso”, como já dizia o educador Moacir Gadotti (1993). Deve assumir posições, praticar permanentes escolhas, arriscar-se procurando o novo. Essas escolhas perpassam os autores selecionados, os temas elencados, as atividades planejadas. Não existe neutralidade no processo ensino-aprendizagem. Isso deve valer tanto para a formação de geógrafos voltados para a prática docente (ensino fundamental, médio ou superior) quanto para geógrafos voltados para o trabalho de pesquisa formal em empresas ou em instituições governamentais. Ambos são pesquisadores e devem ser dotados das mesmas capacidades de investigação e de possíveis escolhas teórico-metodológicas exercidas com autonomia, mesmo que os currículos de formação apresentem especificidades para licenciados e bacharéis.

O aluno deve buscar libertar-se da dependência intelectual em relação ao pensamento dominante (professor, livros, mass media etc) e desenvolver a sua criticidade e imaginação, aprendendo a pensar sobre a realidade em que vive e as diversas formas como é retratada, e assim percebendo-se como cidadão/aluno/pesquisador (em cada nível de aprendizagem e prática – estas, sempre interconectadas) capaz de atuar como agente de mudanças (transformador) seja em sua prática docente, seja como técnico engajado em ações de planejamento de uso do espaço pelos diversos sujeitos que o

produzem. Essa formação/educação de alunos nos diferentes níveis de atuação constitui o que fica pelo caminho, quando um professor/educador se põe a caminhar. O mesmo vale para as relações estabelecidas com os parceiros de trabalho na construção de diálogos, na qual o antagonismo nunca deixa de estar presente. Este é um dos sentidos do trabalho acadêmico e deve continuar a marcar a liberdade de ideias (e a pluralidade) que atravessa o cotidiano universitário, resistindo, assim, à homogeneização de ideias constituída em tendência na sociedade como um todo. A Universidade deve preservar sua Universalidade e resistir a tal homogeneização.

Nesse processo de desenvolvimento da reflexão crítica e da capacidade instrumental (sem dissociá-las), a Geografia pode desempenhar um papel fundamental dentro da busca de uma universalidade de saberes que constitui uma Universidade com as características da PUC-Rio, na qual os distintos campos do conhecimento devem constituir-se sem hierarquias. O aluno-produto dessa interação é um só e recebe direta ou indiretamente toda a constelação de saberes que nela se apresentam.

A Geografia, nessa constelação, poderia ter um destaque maior se os geógrafos fossem mais autoconfiantes e procurassem o reconhecimento social da ciência geográfica entre os cientistas e entre o público em geral, como acontece em alguns países. Sobre essa importância, a geógrafa inglesa Doreen Massey já advertia em 2001 (MASSEY, 2001, p. 25), momento em que a Inglaterra atravessava sérios problemas de desenvolvimento regional desigual e quando a autora demonstrou (como muitos outros geógrafos também o faziam, em vários países) a relevância da Geografia para a intervenção em políticas públicas, para a política em si mesma e para o estudo das relações sociedade-natureza.

Ainda nessa linha de referenciais, o jornal inglês *The Guardian* propõe, em agosto de 2015 (THE GUARDIAN, 2015), que uma nova estrela científica está nascendo – a Geografia – percebida como um campo de conhecimento extremamente útil, com forte reconhecimento social e fonte segura de emprego, quando comparada a outros campos do conhecimento.

Ora, essas metas só podem ser buscadas em trabalho coletivo no qual parcerias e oposições se mesclam para compor o magma de significações (conforme o filósofo

Cornelius Castoriadis [1982]) com o qual se lida no dia-a-dia e nos convida a prudentes escolhas em nosso caminhar. O mesmo autor registrou que “ninguém escreveu um livro – exceto maus livros – sabendo antes exatamente o que iria dizer nesse livro, e menos ainda sabendo antes o que finalmente viria significar o que ele iria escrever”. A vida profissional é como um livro que se vai escrevendo sem ter roteiros fechados ou sumários pré-estabelecidos. Os momentos vão se sucedendo mesclando intencionalidades (cada um é sujeito de sua própria história) e decorrências de outras intencionalidades e, até mesmo, do acaso, para quem aceita a sua importância. Escrever um livro/viver/ser profissional interpenetram-se nas ações empreendidas com lutas, cooperações, apoios e obstáculos. A trajetória e a escrita do “livro” constituem páginas em branco, ainda por escrever.

A trajetória geográfica que aqui se apresenta se refere, principalmente, ao Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. No entanto, experiências em outras instituições se mostraram tão válidas quanto essa na composição de tal caminhar. Dentre tais experiências, deve-se destacar aquela realizada no Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp-UFRJ), que marcou a vida acadêmica do docente por 26 anos (a maior parte em concomitância com a PUC-Rio na condição de professor-horista ou de tempo parcial de 24 horas desta universidade) e proporcionou um jogo profícuo de interações plurais. A primeira é percebida pela relação entre os três níveis de ensino nos quais atuava simultaneamente. Ela ofereceu ao docente a rara oportunidade de fortalecer o diálogo entre os saberes universitários, de caráter mais reflexivo (embora também técnico/operativo) e o ensino, hoje chamado, fundamental e médio. Essa interação foi fundamental na seleção e aprofundamento de conteúdos nas disciplinas ministradas no Ciclo Básico do Centro de Ciências Sociais (CCS) da PUC-Rio para alunos recém entrados na Universidade e saídos do Ensino Médio. Foi fundamental também no balizamento de procedimentos ao ministrar disciplinas do Departamento de Geografia da Universidade para estudantes, voltados sobretudo para a licenciatura, num diálogo fortalecido pela experiência com o estágio supervisionado e com a Prática de Ensino no CAp-UFRJ. Dessa experiência resultou uma das obras mais marcantes, encabeçada pelo docente – “Para Ensinar Geografia” –, voltada para a metodologia do ensino.

Outra experiência paralela àquela realizada na PUC-Rio foi a desenvolvida no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por 17 anos, na maior parte do tempo, em profícua parceria com Gláucio José Marafon, a qual será retomada mais adiante.

Torna-se necessário lembrar a importância dos conhecimentos adquiridos entre 1974 e 1992, na vivência com alunos e colegas do ensino supletivo do estado do Rio de Janeiro (noturno) alcançados com o trabalho realizado na escola Lygia Uchôa de Medeiros. O perfil dos alunos com os quais se lidou nesse período (pedreiros, porteiros, domésticas...) contribuiu para marcas distintas na docência com alunos da licenciatura em Geografia, seja na UFRJ, na UERJ ou na PUC.

Como todas as experiências anteriormente citadas (e outras mais) desembocaram no trabalho realizado no Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio, é a essa experiência que se dedicará maior atenção. Assim, tal trajetória será apresentada na próxima seção deste artigo, a partir de um olhar muito particular – ainda que ressalte sempre a dinâmica coletiva e plural deste processo.

O Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio: uma história de encontros ou “o resto fica sempre no caminho quando um homem se põe a caminhar”

O curso de Geografia na PUC-Rio foi criado em 1941, juntamente com o de História na Faculdade de Filosofia das Faculdades Católicas. Foi reconhecido pelo decreto-lei 10.985 de 01/12/42, com publicação no D.O.U. de 06/01/43. Esta habilitação conjunta perdurou por duas décadas. O Departamento juridicamente autônomo, foi criado em 1969, com as habilitações de Bacharel e Licenciado em Geografia.

Foi este o quadro que o docente encontrou em 1971/72, quando ingressou, juntamente com o Prof. Luis Antônio de Moraes Ribeiro, na Universidade. Este professor constituiu-se por muitos anos em parceiro de iniciativas que buscavam atrair mais alunos para o Departamento e estabelecer “pontes” com o ensino fundamental e médio (como hoje se denomina). Dessa época, na Geografia da PUC-Rio, participavam outros docentes, nomeadamente os Profs. Cloves Dottori, Carlos Alberto Serra e Lucy

Pinto Hack (esta já doutora, na época), com inserção parcial de uma série de grandes nomes da Geografia brasileira (Nilo Bernardes, Fábio Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, Aluizio Capdeville Duarte, Haidine Barros Duarte e outros). Tentava-se uma consolidação da formação em Geografia, agora como licenciatura e bacharelado. O corpo docente, com raras exceções, apresentava-se com dedicação muito parcial à PUC-Rio, dedicando-se, sobretudo, a ministrar aulas.

Esse modelo de departamento esgotou-se em pouco tempo e as crises dos anos 1970 e 1990 o demonstraram. Na primeira metade da década de 1980 foram levadas a cabo algumas iniciativas que, juntamente com um corpo docente renovado, atraíram para a Geografia da PUC-Rio excelentes alunos e o curso foi mesmo considerado o melhor do Rio de Janeiro. Isso não durou muito pois, sendo horistas, logo os professores foram atraídos para situações mais estáveis em outras universidades (como Ruy Moreira, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Helion Póvoa Neto, Telma Mendes da Silva e Sérgio Nunes Pereira, dentre outros).

Em 1991, o Departamento definiu-se por uma linha que priorizava os estudos ambientais. Ao montar um novo currículo, dentro da proposta “Geografia e Meio Ambiente”, enfatizaram-se disciplinas que nenhum outro curso de Geografia, no Rio de Janeiro, apresentava. Essa nova perspectiva demorou a dar frutos. Na 1ª metade dos anos 1990 chegou-se a ter somente 21 alunos no curso todo. Em meados dessa década, em parceria com Regina Célia de Mattos (que perdura até hoje), implantou-se o PET-Geo e conseguiram-se diversos projetos financiados que deram ao Departamento uma nova “energia” em termos de pesquisa e de dinamização do ensino em sala de aula. Não foi possível, mesmo assim, evitar a opção pela indicação de encerramento do curso, como se verá mais adiante.

O que se deseja com este relato é apresentar um pouco do trabalho de muitos para que o Departamento de Geografia e Meio Ambiente mantenha a vitalidade que o anima e se mostre como “novo”. Aqui denomina-se novo ao Departamento que emergiu da crise dos anos 1990, quando em 5 de dezembro de 1998, portanto há mais de vinte anos, durante a Assembleia Universitária então realizada, o curso de Geografia teve seu encerramento anunciado. Assim pode falar-se em vitalidade pois em curto período ultrapassou-se essa situação e pode afirmar-se que mais recentemente,

o Departamento de Geografia e Meio Ambiente vem apresentando uma estabilidade. Entretanto, deve ser lembrado, as medidas para essas mudanças foram muito amargas: demissões, reduções de cargas horárias e severos constrangimentos financeiros foram impostos ao corpo docente, como se fora uma “Troca da Austeridade”. Acredita-se que não foi a referida austeridade que, por si, permitiu essas mudanças (alguns crerão nisso), mas sim a pronta resposta do Departamento e a parceria com esferas administrativas e acadêmicas da Universidade que permitiram essas alterações. O Decanato do Centro de Ciências Sociais (CCS), colegas de outros departamentos (César Romero Jacob da Comunicação Social, especialmente), junto com um grupo de professores do Departamento (Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ, Regina Célia de Mattos, Rogério Ribeiro de Oliveira e este autor) constituíram uma “trincheira” de defesa do Departamento que pôde com isso realizar o vestibular de 1999/2000, fato que estava ameaçado.

Nesse contexto revestiu-se de grande importância a aula inaugural ministrada pelo Professor Milton Santos em março de 1999, como verdadeiro marco desse “novo” Departamento. Já bastante debilitado pela doença que o levou à morte, respondeu com força e gratidão àquela PUC que o acolhera em 1979, quando de volta do exílio. Essa “força vital” contagiou o Departamento e reforçou uma nova sintonia entre as instâncias administrativas e acadêmicas e os docentes e discentes para novas contratações de professores horistas e de tempo contínuo de 24 horas. A abertura a novas perspectivas teórico-conceituais, a política de divulgação do Departamento nas escolas e o intenso trabalho em representações internas e externas, exitosos seminários internos na busca de construção de um eixo comum, no qual todos os docentes se viam, permitiram partir para projetos mais ambiciosos como foi a preparação para a criação e a instalação do Mestrado em Geografia, em 2007. Para esse projeto, já se contava, também, desde 2000, com a participação dos professores Augusto César da Silva e Álvaro Henrique de Souza Ferreira, e posteriormente, Luis Felipe Guanaes Rego, Marcelo Motta de Freitas e Rita Montezuma.

Essa trajetória foi também destacada em filme realizado em 2012 pelo autor deste artigo, sobre a história do Departamento. O Curso de Geografia completara 70

anos em 2011, sendo um dos mais antigos da PUC-Rio e festejou sua criação na sequência das comemorações dos 70 anos da Universidade.

A partir de 2013, o departamento recebe significativo reforço de novos docentes na perspectiva de implantação do Doutorado em Geografia, que só se realizará em 2015. Nesse momento, começaram a participar como professores e pesquisadores do departamento, Alexandro Solórzano, Rodrigo Penna Firme e Bernardo Baeta Neves Strassburg. Evidencia-se, assim, a necessidade de renovação geracional, já apontada no documento de implementação do curso de Doutorado, elaborado em 2014.

Com a implantação e consolidação do referido curso, o quadro de docentes do corpo permanente amplia-se, com a inclusão de mais professores: Agnieszka Ewa Latawiec, Rejane Cristina de Araújo Rodrigues, Sérgio Cadena de Vasconcellos, Gláucio José Marafon, Sandra Lencioni e José Borzacchiello da Silva – os três últimos vinculados apenas aos cursos de pós-graduação. Também, vinculados ao programa de pós-graduação, podem ser acrescentados, desde 2019, a professora Ana Brasil Machado (atuando, além disso, na graduação) e Nelson Fernandes (como professor visitante). A professora Montezuma deixou a Universidade em 2012, enquanto, nesse mesmo ano, o Professor Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ foi absorvido pelos quadros administrativos da PUC-Rio, ao mesmo tempo passando a ficar lotado em outro departamento. Além destes últimos, deixaram o programa os professores Ivaldo Lima e Luciano Ximenes Aragão, os quais prestaram relevantes serviços ao programa de pós-graduação em Geografia da PUC-Rio. A equipe docente conta ainda com significativo número de professores do quadro complementar, os quais desempenham expressivo papel na execução de diversas atividades na vida cotidiana do departamento.

Isso é história, como dizem alguns. Mas história é vida, força, vitalidade, trabalho, que os mais novos devem (re)conhecer. É preciso ouvir o passado mais remoto e o mais recente para se evitar momentos difíceis que não deverão retornar. Interessa também confirmar que quando ocorreu sintonia de propósitos e sentidos entre o Departamento e a Instituição ocorreu uma resposta positiva do corpo docente. Nunca existiram “salvadores da pátria” que sozinhos tivessem retirado o Departamento das diversas crises que sobre ele se abateram. As iniciativas partiram do Departamento,

embora demandadas pela administração central. Sempre houve respostas que demonstraram proatividade mesmo de um corpo docente pouco fixado na Universidade antes da implantação do Mestrado, consolidador da Geografia na PUC-Rio e da original proposta de se trabalhar integradamente as dimensões natural e social da ciência geográfica. Cada docente de um departamento ou de um programa de pós-graduação constrói sua trajetória como parte de um projeto coletivo (aqui se reforça), um projeto acadêmico que deve ser amplamente discutido e consensual, ao qual todos que dele participam, a ele se sintam ligados, integrando os caminhos individual e coletivo.

Um dos momentos de construção coletiva mais marcantes do departamento foi a produção de documentos com vistas a implantação do curso de Mestrado em Geografia iniciado em 2007 e do curso de Doutorado em Geografia, iniciado em 2015. Desses dois documentos participaram praticamente todos os professores que em cada época constituíam o corpo docente. Esse movimento de produção expressa-se na formulação das linhas de pesquisa dos cursos acima citados: “Transformação da Paisagem e Sistemas Socioecológicos”, “Espaço, Cotidiano e Sustentabilidades” e “Educação Geográfica e Cidadania”.

Ambiente como paradigma integrador do espaço sob o olhar geográfico: qual “meio ambiente” no Departamento de Geografia?... ou “vai inteiro ao partir, repartido ao chegar”

Os estudos sobre meio ambiente e as relações sociedade-natureza que se desenvolviam desde 1991 foram ganhando novo alcance com o incremento do reforço teórico-conceitual – além de maior possibilidade de realização de pesquisas que expressassem a integração entre a dimensão natural e social da Geografia. A visão de ambiente passou a ser, mais consistentemente, defendida a partir de uma metodologia que integraria o natural e o social, coroando os esforços encetados ao longo década de 1990. Ambiental, na visão predominante no Departamento, passou a ser compreendido como a totalidade sociedade/natureza percebida nos lugares onde o domínio do natural sobre o social vai se transformando, graças aos equipamentos técnicos,

numa supremacia do social sobre o natural – a qual nem sempre se realiza. Essa transformação implica em processos complexos que alimentam as pesquisas, o ensino e a extensão desenvolvidos pelos professores e pelos alunos da graduação e da pós-graduação, bolsistas e colaboradores. A visão crítica sobre as formas de dominação e apropriação em que se baseiam esses processos, com os imensos riscos (ambientais) que acarretam, vêm alimentando o movimento do Departamento na busca da integração natural/social aos olhos de uma ciência social. Foi e é difícil...

Ultrapassar muitas décadas de fragmentações especializadoras torna-se tarefa complexa, principalmente diante dos parâmetros de avaliação que valorizam e impõem a fragmentação em distintos campos do conhecimento, mesmo que se apregoe a inter/trans/multidisciplinaridade como discurso simpaticamente aceito.

Interessa recordar com Moreira (2006, p. 15) que a Geografia moderna nasceu na segunda metade do século XVIII, alimentada pelo Iluminismo e pelo Romantismo alemão. Desde então podem ser distinguidas três fases, correspondentes aos três paradigmas que a têm influenciado: o paradigma holista da baixa modernidade, o paradigma fragmentário/especializador da modernidade industrial e o paradigma holista da hipermodernidade, como tendência atual.

O holismo tradicional vem de Humboldt e Ritter, os pais fundadores da moderna ciência geográfica, ambos marcados por influências kantianas e de Shelling. Viam a Geografia como o estudo da superfície terrestre em suas múltiplas interações e o homem como ser que vive nessa superfície terrestre. Homem e natureza não eram dissociados.

Esse paradigma holista que marcou o início da ciência geográfica passou a ser muito criticado em meados do século XX e, posteriormente, foi sendo substituído pelo paradigma dominado pela filosofia positivista que perdura como hegemônico (embora cada vez mais contestado, também) até os dias atuais, com sua matriz especializante e fragmentadora. Na Geografia, essas matrizes acarretaram a separação das esferas de interações de Humboldt em especializações e campos particulares – geografia física/geografia humana; geografia regional/geografia geral. Apesar de reações dentro da própria Geografia (a tentativa de manter uma geografia geral), a fragmentação manteve-se como paradigma mais aceito, quando, em finais do século XX, um

outro tipo de holismo, simultâneo à chamada crise ambiental, emergiu como balizador dos debates. Esse momento atual (ainda segundo Ruy Moreira) é marcado por uma pluralidade de abordagens e de referências filosóficas em que sobressaem a fenomenologia husserliana, a filosofia da linguagem e a filosofia da práxis marxista.

O que se deseja trazer para reflexão é que a Geografia nasceu holista e tem essa tradição no projeto de interpretação do espaço e da relação homem-superfície da Terra. Mesmo descritiva e empiricista, essa tradição desaguou no holismo atual que “volta” à Geografia, sem nunca dela ter saído inteiramente. É claro que no momento atual das ciências não caberiam abordagens tão desprovidas de referenciais teóricos e de instrumental estatístico-matemático ou georeferenciador.

Entretanto, num período de crise do paradigma fragmentário e de forte crítica às intervenções pontuais/setoriais para ultrapassar as atuais relações sociedade-natureza, percebe-se que aos especialistas das ciências físico-matemáticas e biológicas faltam referenciais mais comuns nas ciências humanas e sociais; aos especialistas das ciências sociais e humanas faltam referenciais das ciências físico-matemáticas e biológicas. Fala-se em multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, realmente necessárias, mas de construção difícil, como já enunciado acima. Não se trata de superposição ou justaposição de conhecimentos. Isso não seria uma solução. Quem faria as interações necessárias ao se perceber que muitos dos chamados “problemas ambientais” constituem mais do que “impactos do homem no ambiente”? São, como escreve O’Brien (2010, p.543), manifestações da modernidade, sintomas dos padrões dominantes de desenvolvimento, resultado das relações sociais e produtos de visões de curto prazo, fortemente integrados a desejos, valores e visões de mundo. Ou, como nos aponta Cuestas-Caza (2019) uma retomada do desenvolvimento integrado ao paradigma neoliberal, cujas políticas públicas daí resultantes revelam sua face contraditória. A retórica do desenvolvimento (que abraçaria a problemática ambiental) mantém-se, desde há muito, a partir de elementos que alimentam tais contradições, convertendo-o em um mecanismo de controle: “a) as formas de conhecimento (conceitos

e teorias); b) o sistema de poder que regula sua prática (aparatos locais e internacionais, governos, universidades, agências, etc.); e c) as formas de subjetividade (classificação racial, classificação do Terceiro Mundo”² (CUESTAS-CAZA, 2019, p.56)

Mas é preciso conhecer o “ambiente natural” e trazê-lo para uma abordagem mais sistêmica (não aquela baseada em sistemas fechados ou semiabertos), que busque as múltiplas interações do espaço sob olhar geográfico – sistema de objetos naturais e criados e sistema de ações, segundo Milton Santos (1996). Com isso busca-se uma perspectiva que prioriza o espaço como multidimensional, híbrido do humano e do não-humano e multiescalar nas intencionalidades nele expressas. O jogo interescalar dos chamados problemas ambientais torna-se fundamental nas ligações do global com o local e vice-versa, sob pena de uma escala obscurecer a outra. O humano/social domina quase completamente o não-humano, fato explicado pela história das técnicas. Mas como se manifesta essa predominância, como visto, eivada de intencionalidades, portanto efetivada por sujeitos sociais? E quando o natural escapa dessa dominância que acredita controlá-lo efetivamente?

Novamente, seguindo O’Brien (2010, p. 544), constata-se a percepção de que, embora os benefícios da abordagem sistêmica dos chamados problemas ambientais sejam consideráveis, tal abordagem mostra-se insuficiente para identificar e criar formas de respostas aos complexos problemas apresentados hoje em dia. Compreender essa complexidade requer mais do que conhecer os processos biofísicos. Necessita-se reconhecer as múltiplas interações sociedade-ambiente natural, plenas de subjetividades.

Numa época em que as ciências sociais e as humanidades são chamadas a participar mais ativamente dos debates sobre as questões ambientais, os geógrafos e os estudantes de Geografia aparecem com um potencial pautado na tradição de lidar, simultaneamente, com os sistemas naturais e sociais (embora não com a frequência desejada e, muitas vezes, nem integradamente), base constitutiva da ciência. Há lugar para as pesquisas em geografia física, geografia humana, geografia cultural e para as

² Tradução própria, do original: “a) formas de conocimiento (conceptos y teorías); b) el sistema de poder que regula su práctica (aparataje local e internacional, gobiernos, universidades, agencias, etc.); y c) las formas de subjetividad (clasificación racial, clasificación del Tercer Mundo)” (CUESTAS-CAZA, 2019, p.56)

diversas interações geográficas. O importante é que se remeta ao espaço como totalidade, mesmo quando se abrange, em pesquisas específicas, apenas uma de suas múltiplas dimensões (natural, econômica, social, político-administrativa, simbólica...). Assim a referência obrigatória deveria ser o espaço em suas diversas manifestações na forma de conceitos derivados, tal como nos anuncia Haesbaert (2014, p. 20) ao nos apresentar a ideia de constelação de conceitos, inspirada, entre outros autores, por Deleuze e Guattari.

O Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio vem trabalhando, já há muito, nessa perspectiva que atualmente se encontra bastante ameaçada por conta das tendências fragmentadoras/especializadoras que, nas ciências como um todo, parecem retomar seu fôlego. Na maioria dos departamentos de Geografia no Brasil nem se procurou sair do paradigma fragmentador/especializador, mantendo-se neles a nítida separação da Geografia Física e da Humana, com nomes variados, mas com esse conteúdo. Na contestação a esse paradigma vem residindo uma das originalidades da graduação e da pós-graduação como potência de qualificação dos alunos da Geografia da PUC-Rio, percebida como ciência social. Pelo que se nota, os docentes da PUC-Rio observam tal potência, procurando valorizá-la nos currículos, por exemplo. Entretanto, essa perspectiva integradora, por vezes, apresenta-se como de difícil compreensão, principalmente para aqueles docentes formados e pós-graduados no paradigma fragmentador – em verdade, para todos, o convite desse paradigma é sedutor. As “zonas de conforto” de cada um funcionam como obstáculo à prática holista.

O Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio encontra-se localizado no Centro de Ciências Sociais (CCS). Isto, por si só já representa uma possibilidade concreta de diálogo com outros departamentos do Centro. É o único no Rio de Janeiro e um dos poucos no Brasil. Esse fato já dá aos alunos uma potencialidade de (in)formação que os de outras universidades terão mais dificuldades em construir, por conta de um maior isolamento com relação às demais ciências sociais. É um geógrafo-cientista social com boa base de conhecimentos em geografia física que se busca. O aluno deve poder apresentar-se como interlocutor válido nos contatos com diferentes ramos das ciências.

Nos chamados problemas ambientais agregam-se as novas problemáticas urbanas (segregação/guetização, questões de mobilidade, infraestrutura urbana, por exemplo), as novas relações urbano-rurais, as políticas públicas de intervenção e gestão do espaço transformado em território pelas sempre renovadas relações de poder, além das ações individuais e coletivas de contestação a essa gestão.

Como “pano de fundo” a essas problemáticas devem ser enfatizadas a mercantilização do espaço e nele a mercantilização da natureza, a revalorização da geografia política e as novas perspectivas da questão ambiental (não apenas na geografia física). Tudo isso impõe a necessidade de um currículo que não só valorize esses temas como também permita uma atuação dos alunos, quando profissionais, nessas questões. Daí o cuidado que deve existir ao (re)pensar um currículo de Geografia com as características de cursos como os que são oferecidos na PUC-Rio (licenciatura, bacharelado, mestrado e doutorado) sempre com perfil específico de ciência social, priorizando as interações que se desenvolvem no espaço. Este é um produto da ação humana em sociedade, condição para essa ação e resultado de tal ação. Portanto não existe sociedade sem espaço. A ciência geográfica se ocupa da organização desse espaço pela sociedade e das práticas espaciais (sociais) que nele se realizam.

O espaço, como já vimos, é a um só tempo físico, econômico, político, simbólico. É multidimensional e, com isso, convida a uma análise das interações entre essas dimensões. Como já apresentado em Rua (2008, p. 388) o ambiente vem sendo um elemento-chave na constituição da ciência geográfica. Esta noção (como o conceito de espaço) é encarada, portanto, a partir de uma perspectiva integradora, mas, também, dinâmica e em constante transformação – como discutimos em Rua (2008, p. 389).

Repensando conceitos e noções na busca de uma melhor compreensão do espaço na perspectiva geográfica ou “quando um homem se põe a caminhar deixa um pouco de si pelo caminho”

A principal preocupação dessa abordagem integradora reside na sua procura de formas concretas de exercício da interdisciplinaridade através de uma integração no tratamento dos processos naturais e culturais ocorridos no ambiente/espaço sob a

perspectiva geográfica. Nesta seção do texto, serão retomadas noções desenvolvidas (ou aprofundadas) pelo autor ao longo de sua trajetória geográfica e que vão ao encontro da referida abordagem. De um lado, busca-se uma integração sociedade-natureza, ao discutir a ideia de sustentabilidades geográficas desiguais; de outro, vai buscar a totalidade/integralidade do espaço ao desenvolver a noção de urbanidades no rural, rompendo tradicionais dicotomias.

A noção de sustentabilidades superpõe-se ao seu uso mais frequente de sustentabilidade como uma noção única e aplicada a todas as situações. Essa “pequena” diferença muda completamente a perspectiva analítica efetuada. A palavra no singular conduz a compreender que se trata de um único modelo de sustentabilidade, reproduzível em qualquer situação. Mesmo que a imagem dessa visão unívoca contenha um certo exagero, ela encerra o pensamento de muitos ainda presos à perspectiva de uma sustentabilidade ambiental que prioriza as preocupações com o ambiente natural.

Ao se falar em sustentabilidades enfatiza-se a possibilidade de alcançar as dimensões social, política e econômica, indo além da natural. Permite-se também a possibilidade analítica de lidar com as sustentabilidades geográficas desiguais, cuja adoção como matriz investigativa e de proposta de ações pode levar ao respeito às distintas concepções de sustentabilidade – o que significa isso para uma população quilombola, caiçara, de pequenos agricultores, de grandes produtores ligados ao agronegócio, de habitantes de Ipanema ou da Rocinha? Por quais sustentabilidades lutam os ribeirinhos, ou os geraizeiros e vazenteiros, ou, ainda, os faxinalenses – que, conforme nos sinaliza Porto (2013) são vítimas de tantas injustiças ambientais? Cada unidade espacial/cultural deve ter, assim, respeitadas as suas concepções de sustentabilidade – conforme já apresentado em Rua (2008, p.12).

Estabelecem-se, assim, relações entre a abordagem dos desenvolvimentos geográficos desiguais apresentada pelos geógrafos David Harvey, Neil Smith e Edward Soja (dentre outros), e a materialização em lugares específicos de “sustentabilidades” geograficamente desiguais – seja em casos de populações tradicionais, seja em estudos de relações sociedade-natureza ou até mesmo em representações filmicas e lutas so-

ciais por identidade/sustentabilidades. Agueda (2019) elabora um retrospecto bastante elucidativo da contribuição desses autores a essa discussão. Este último apresenta, a partir dessa chave de leitura, o caráter essencialmente espacial (portanto, geográfico) do desenvolvimento desigual. Esse cenário está vinculado às contradições na circulação e acumulação de capital – inerentes à (re)produção ampliada do capitalismo –, que se complexifica quando analisado sob a ótica geográfica. As disparidades socioespaciais, as concorrências geopolíticas, os distintos (e multiescalares) arranjos espaciais de empresas, instituições financeiras e políticas estatais e a perversa e insustentável relação do capital com a natureza são algumas destas contradições, como nos aponta Harvey (2014). É esse quadro referencial que sustenta as reflexões a respeito do que vem sendo denominado sustentabilidades geográficas desiguais.

Assim, outro aspecto relevante nessa abordagem é que qualquer que seja a concepção de sustentabilidade, sempre deverá ser admitido o desigual acesso a ela (e ao que pode significar) pelos distintos sujeitos sociais em suas distintas espacialidades (hegemônicas, subalternizadas, emergentes, contestadoras, etc.). A perspectiva geográfica defendida por este autor apoia-se em propostas de Guimarães (1997) e Sachs (1993 e 2002). Este último (1993) fala de cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, cultural e espacial. Em Sachs (2002, p. 86) acrescenta a dimensão política e substitui a espacial por territorial (sem, entretanto, definir o conceito de território). Assim, ao explicitar os critérios de sustentabilidade (2002, p. 85) esse autor enfatiza a sustentabilidade social (razoável homogeneidade social, pleno emprego com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais), a cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e à inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, autoconfiança e abertura para o mundo), a ecológica (preservação de recursos renováveis, limitar o uso de recursos não-renováveis), a ambiental (respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais), a territorial (diminuição da assimetria na aplicação dos investimentos públicos entre áreas urbanas e rurais, conservação da biodiversidade) a econômica (desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção), além da sustentabilidade política nacional e internacional (desenvolvimento da capacidade do

Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade). Roberto Guimarães (1997) procurou delinear algumas dimensões e critérios operacionais da sustentabilidade, percebida como ecológico/ambiental, demográfica, cultural, social, política, institucional. Roberto Moreira, em 2004, fala em outras dimensões: sustentabilidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, bastante pertinentes para nossa discussão – aqui, retomada a partir de Rua (2008, p. 395) como já apontado acima.

Transformar esses princípios, ainda muito marcados pela retórica (extremamente útil) criando variáveis a partir deles, e procurar desenvolver a espacialização dessas sustentabilidades parece uma significativa contribuição à Geografia na PUC-Rio, à visão de sustentabilidade em permanente debate na Universidade e à própria ciência geográfica, podendo inclusive subsidiar alguns tipos de intervenções públicas, privadas ou comunitárias, nos lugares em que se vive.

Na proposta metodológica já algumas vezes apresentada, explicitou-se que as diversas sustentabilidades são, fundamentalmente, espaciais por estarem sujeitas a movimentos de apropriação e/ou dominação consoante a sociedade em que estejam inseridas. Seria, portanto, um espaço transformado em território por políticas de intervenção, além de um espaço da vida – lugar da reprodução dos sujeitos sociais. Nesses lugares e territórios cada sociedade deve estabelecer seus padrões de desenvolvimento e de sustentabilidade, por isso fala-se em desenvolvimentos e sustentabilidades, marcados pelas análises de diversos autores, com os quais se dialoga, mas sempre enfatizando a dimensão espacial/territorial/do lugar que a Geografia vem priorizando. Assim cada grupo social/sociedade deveria formular suas próprias normas de organização do espaço e das práticas sociais que nele se realizam, em permanente mudança.

Essa construção teórico-conceitual vem iluminando diversos produtos (do docente, de dissertações e teses), alguns com ênfase na dimensão mais teórica das sustentabilidades enquanto outros estão pautados na sustentabilidade social, na política ou na ecológica/natural.

Volta-se a destacar o caráter coletivo da trajetória “individual” do autor deste artigo. Essa formulação fortaleceu-se com as contribuições dos demais professores (por exemplo, RUA *et al*, 2007) e foi sendo ressignificada ao longo dos anos de docência das disciplinas “Paisagem, Espaço e Sustentabilidades” e “Desenvolvimento Territorial”. Nesse momento deve ser destacado o profícuo diálogo que vem sendo travado, ao longo de muitos anos, com os colegas e amigos Regina Célia de Mattos e Álvaro Ferreira. Também houve forte influência das ideias apresentadas pelo corpo discente ao desafiar tal formulação em sua possível aplicabilidade.

Outra significativa contribuição (sempre em coletivo) que repercute nas abordagens teórico-metodológicas em algumas disciplinas do Departamento e fora dele – desta vez com certa repercussão nacional –, é a formulação de uma alternativa para os estudos das relações cidade-campo ou urbano-rurais, como prefere este autor.

Essa perspectiva de pesquisa, já apresentada em diversas obras (RUA 2006; 2007; 2017; 2019) propõe que urbanidades no rural são elementos de integração das dimensões urbana e rural do espaço geográfico, como totalidade não-dicotomizável nos dias atuais. Portanto são vistas como expressões da grande urbanidade que é a expansão das relações capitalistas por todo o espaço.

Deve-se tentar analisar a importância dos lugares na organização dos diversos movimentos sociais como bases onde se manifestam as múltiplas relações de poder em formas de dominação ou de resistência. O espaço, transformado em território, pelas práticas espaciais de seus habitantes, não é apenas domínio de quem o administra, ordena e controla utilizando representações do espaço, mas, também, da interação dinâmica e fluida entre o local e o global, o individual e o coletivo, o privado e o público e entre a resistência e a dominação – ele está em permanente devir.

Sendo assim não há por que falar em rural sem se referir à escala do lugar. Serão lugares rurais envolvidos pela escala geral do urbano (como processo geral da sociedade) e muitas vezes do urbano-metropolitano. O jogo entre essas duas escalas afeta profundamente a vida cotidiana das pessoas que vivem nesses lugares, com características rurais hibridizadas com características urbanas que abarcam o espaço mais amplo.

Esse processo de hibridização tão dinâmico não é capturado pelos mecanismos estatísticos, bastante estáticos. A ideia de urbanidades no rural desenvolveu-se a partir da concepção de que são socialmente construídas por suas relações de co-existência do urbano com o rural e por suas co-determinações, integrando o interno com o externo em cada lugar, constituindo singularidades, fruto dessas interações. Pode-se ainda acrescentar que as urbanidades no rural carregam em si múltiplas ordens relacionais multiescalares e transescalares.

Em Rua (2007) escreveu-se que urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em áreas rurais, sem que, por isso, tais áreas sejam identificadas como urbanas. Admite-se que o urbano (comportamental, ideológico, mercadificador) nesse sentido seria muito mais significativo do que as estatísticas (em qualquer método utilizado) demonstram. Comportamentalmente, ideologicamente (urbanismo) e em termos de mercadificação das relações sociais, o urbano é muito mais significativo do que demonstram as estatísticas, baseadas no urbano construído (físico). O rural (r) existe mas sempre mesclado pelas urbanidades. Essa formulação parece ser bastante importante para orientar políticas de intervenção, estas até agora, pautadas pela dimensão do urbano construído.

Considera-se que as urbanidades podem ser constituídas por uma enorme gama de manifestações que, como demonstrado em estudos anteriores (RUA, 2017) incluem aspectos materiais (como a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivos, especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural) e imateriais (de forma geral, uma racionalidade divulgada pela cidade).

A partir do desenvolvimento de pesquisas e estudos nessa linha, estabeleceu-se, partindo de quatro perspectivas, indicadores das urbanidades no rural: a da base físico-natural (que influencia a consolidação das direções do povoamento e da construção de rodovias até as direções em que a maior valorização [precificação] do solo ocorrem); a perspectiva sociocultural (a memória coletiva, a consciência ambiental/ecológica, a convivência com o turismo, a autoestima, a existência (ou não) de um localismo “conservador”); a perspectiva socioeconômica (a dominação capitalista do

espaço, conflitos entre o valor de uso e o valor de troca, a renda territorial e o preço da terra, a renda gerada pelo turismo, a criação de novos empregos, a presença de indústrias de modelo tradicional ou de matriz pós-fordista, assistencialismo oficial e de ONGS, o consumo e o consumismo, associativismo e participação política, a presença de residências secundárias, percepção de crise social) e a perspectiva tecnoeconômica (adoção de novas tecnologias, presença de produtos agrícolas diferenciados, formas de comercialização que integrem o lugar a redes mais amplas de raiz metropolitana, saneamento básico e coleta de lixo, existência de supermercados, acesso a estudos sobre a poluição da água, cuidados no uso de agrotóxicos).

Todas essas reflexões constituem-se em desdobramentos de trabalhos realizados durante muitos anos com turmas de alunos de Geografia Agrária da PUC-Rio e, a partir de 1993, também com turmas de Geografia Agrária da UERJ, sempre com caráter didático. No NEGEF (Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense), o qual, juntamente com o Prof. Gláucio Marafon, foi fundado e coordenado, por mais de dez anos, por este autor, essa experiência integrou-se a diversos projetos de pesquisa. Nesse Núcleo é que foram amadurecidas as ideias que vêm alimentando a reflexão, desenvolvida na PUC-Rio desde 2006 e continuada, desde 2011, no URAIS (Núcleo de Estudos Urbanos e Rurais) do Departamento de Geografia e Meio Ambiente, onde vem se desenvolvendo sucessivas investigações até os dias atuais.

Nesse caminhar de reflexões, endereça-se para uma temática nova, ainda em amadurecimento: a do urbano no rural e o rural no urbano, integrada aos processos de desenvolvimento territorial e de metropolização do espaço.

Considerações finais ou “fica sempre no caminho um pouco mais do que tinha ao partir, do que tem ao chegar [...] quando um homem se põe a caminhar”

Este artigo mostra muitas coisas a respeito da vida profissional de alguém, acerca da trajetória de um Departamento e das contribuições de um “eu coletivo” à ciência geográfica. Entretanto deixa de apresentar faces da trajetória que, não sendo

“realizações”, dele não constam. Insucessos, frustrações, incompreensões, limitações, dificuldades de diálogo com autores ou com companheiros de caminhada pouco são lembrados nessa trajetória. No artigo consta o lado “A” da história – os “brilhos”, sempre transitórios, que não devem nos iludir, fugazes que são. O lado “B” fica presente como texto oculto, mas é com ele que devemos sempre estar em diálogo. Aqui, não se revela apenas chegadas (o lado “A”). Apresenta-se, nas entrelinhas, superação e pontos de partida para novas superações (o lado “B”). Um caminhar revela que o poder, a projeção profissional, a maior visibilidade episódica e os festejos de alguns momentos, inevitavelmente, passarão. E, então, o que fica? Seguramente alguns “rabiscos” do lado “A”, que a memória, cedo ou tarde, apagará ou registrará como documento. Muito pouco para uma vida. A mente, a voz, o coração, a vocação, as maneiras de se exercer a profissão, enfim, os sentidos e os sentimentos que não aparecem explícitos, ficam pelo caminho, guardados nos corações daqueles com quem se partilhou a caminhada.

Essas dimensões subjetivas estão sempre a ser desafiadas pela necessária objetividade de pesquisas a realizar. Urge retomar a potência das discussões sobre holismo, teoria e epistemologia da Geografia, relações sociedade-natureza e sustentabilidades geográficas desiguais, bem como a análise do espaço como totalidade, na qual se inserem as reflexões sobre as urbanidades no rural. A inter/trans/multidisciplinaridade é profundamente coletiva, e só no coletivo, incorporando a experiência dos mais velhos e a “efervescência” dos mais jovens, pode vir a se realizar.

Os princípios da Universalidade, do Humanismo, de uma sociedade baseada no respeito e na promoção pessoal, um clima de liberdade acadêmica, que supõe profunda responsabilidade e respeito integral para com os direitos do outro e as exigências do bem comum, que acolheram este autor na Geografia da PUC-Rio na década de 1970, mantêm-se como princípios basilares desta Universidade. É preciso fortalecê-los, isto é, procurar dosar a subjetividade e a objetividade sempre expostas em escolhas singulares dos professores/ pesquisadores, recuperando os sentidos do pertencimento e do respeito às diferenças. Tudo parece assim ser, entretanto a Universalidade sem hierarquizações de ideias, do produto dessas ideias e o Humanismo do respeito

às diferenças ideológicas, políticas e comportamentais garantidos pela PUC-Rio, necessitam de vigilância constante. Muito há o que fazer nesse sentido, tal como na sociedade brasileira como um todo. O esgarçamento polarizador deve ser evitado a todo o custo. Não se pode cair na armadilha do “lovers” ou “haters” que elimina o diálogo, percebido muitas vezes como desnecessário, já que as posições estariam previamente definidas. Será possível restaurar o espelho mágico estilhaçado?

Referências

AGUEDA, Bernardo. **Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais**: Transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande -Teresópolis (RJ) e Barracão dos Mendes - Nova Friburgo (RJ); 2019; Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CUESTAS-CAZA, Javier. El discurso del desarrollo en las políticas públicas: del postdesarrollo a la crítica decolonial. **TraHs** Números especiales N°4 | 2019 : Políticas públicas: desafios nos contextos atuais. Disponível em: <http://www.unilim.fr/trahs>. Acesso em: 26 de março de 2020.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias Pedagógicas**. São Paulo, Ática, 1993.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Berta e MIRANDA, Mariana (orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Editora Bertrand Brasil, 2018.

HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: IAEN, 2014.

MASSEY, Doreen. Geography on the Agenda. **Progress in Human Geography** 25, no. 1 (March 2001): 5-17. doi:10.1191/030913201670520885.

MOREIRA, Roberto. **Cultura, Sustentabilidade e Saberes Assimétricos**: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. 28º Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 2004. Caxambu. Minas Gerais. 2004.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto. 2006, p. 15.

O'BRIEN, Karen. Responding to Environmental Change: a new age for human geography? **Progress in Human Geography**, August, 2010, p. 543.

PORTO, Marcelo Firpo. Injustiça ambiental no campo e nas cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas. In: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. 2013. p. 133-174.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n.1, p. 82-106.

_____. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, G. J. RUA, J. RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária** (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ. 2007.

_____. Desenvolvimentos e sustentabilidades: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, M. P. COELHO, M.C.N. CORRÊA, A. M. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2008.

_____. Em 2011 a geografia da PUC faz 70 anos: desafios, realizações e novos desafios. **GEOPUC – Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio**. Ano 4, número 7, segundo semestre de 2011.

_____. No estado do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **O Espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. Metropolização do espaço, urbanidades no rural e novas ruralidades. In: MARAFON, Glaucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Temas em Geografia Rural**. 2. ed. - Rio de Janeiro : EdUERJ, 2020.

RUA, João; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FERREIRA, Álvaro. Introdução. In: RUA, João (org.). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, 2007. p. 7-34.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap. 1993.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. In: STROH, Paula Yone (org.) **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hulcitec, 1996.

THE GUARDIAN. **The Guardian view on geography: it's the must-have A-level**. Opinion. Editorial. The Guardian, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/aug/13/the-guardian-view-on-geography-its-the-must-have-a-level>. Acesso em: 31/03/2020.

Recebido em 20 mar. 2019;
aceito em 03 mai. 2019.